

Índice

Os que votaram Brexit queriam soberania	1
Maternidade de substituição no Canadá: não tão altruísta.....	2
"Los desheredados"	4

Os que votaram Brexit queriam soberania

A recusa do Parlamento britânico do acordo de saída da UE negociado por Theresa May abriu a porta a vários cenários possíveis, desde a saída sem acordo com Bruxelas, até à reabertura das negociações, passando pela convocação de outro referendo sobre o Brexit. Perante o risco de que os cálculos económicos ou políticos se imponham nesta fase incerta, os defensores do Brexit avisam que a sua prioridade foi sempre a soberania.

Se há algo que incomoda os partidários do Brexit é o paternalismo de quem lhes diz que não sabiam o que estavam a votar na consulta de 2016, [defende](#) Tom Slater em "Spiked" (21.11.2018). Também ficam irritados que insistam em explicar-lhes *por que* votaram assim. Sobretudo, quando os motivos que lhes imputam se referem a intenções não declaradas como o racismo, o mal-estar em face da austeridade ou o furor anti-imigração.

O controlo mais estrito das fronteiras estava presente em muitos pró-Brexit, admite Slater. Mas o motivo que pesou mais na maioria foi o desejo de reforçar a soberania. Assim o testemunha uma [sondagem](#) à boca das urnas de Lord Ashcroft a 12 369 pessoas no dia da votação. Quase metade (49 %) dos que votaram a favor do abandono da EU, disseram que a razão mais importante era "o princípio de que o Reino Unido deve tomar as decisões que o afetam".

A este motivo segue-se (33 %) o desejo de "recuperar o controlo sobre a imigração", que, como observa o comentarista de "Spiked", está intimamente ligado ao primeiro motivo: recuperar a soberania "significa também recuperar o controlo das

fronteiras". Daí que "não era somente um voto para reduzir a imigração".

Os resultados da sondagem de Lord Ashcroft coincidem com os [argumentos](#) que utilizaram destacados pró-Brexit durante a campanha. "O referendo não deve ser em primeiro lugar sobre o comércio ou a regulamentação das empresas. É sobre a nossa democracia. Desejamos ser um país independente que se governa a si próprio ou não?", perguntava o deputado conservador John Redwood.

Com isto em mente, entende-se porque a convocação de um segundo referendo seria a pior opção para os pró-Brexit. Em face do argumento de que agora os britânicos conhecem melhor as duras condições de Bruxelas ou as perdas económicas que acarreta a saída da UE, "sendo perfeitamente coerente com a democracia que os votantes venham a ter a oportunidade de mudar de opinião", como afirmou num [debate televisionado](#) Lara Spirit, copresidente da campanha Our Future Our Choice, Slater nega que a realização de outra consulta seja o mais democrático.

"Quando se vota, espera-se que sirva para alguma coisa. (...) Quando se toma uma decisão num referendo histórico, com uma participação histórica e um resultado crucial, esperamos que o que foi decidido seja levado à prática antes que se volte a votar esse assunto. Penso que é uma enorme falta de honestidade dizer que voltar a votar até que seja obtido o resultado pretendido, significa mais democracia".

E aos que estão preocupados com o nojo existente para com os políticos, recorda-lhes que repetir a consulta só traria mais desencanto: "Tony Benn [um destacado político trabalhista falecido em 2014] dizia que muitas pessoas neste país não têm dinheiro nem influência, nem a atenção por parte dos que

governam. Mas resta-lhes o voto. E no momento em que ele é desprezado, como aconteceria com um novo referendo, estar-se-ia a deixar essas pessoas sem muitas opções”.

Os trabalhistas – tal como os *tories* – continuam divididos. No mesmo dia em que o Parlamento britânico rejeitou a moção de censura a Theresa May avançada por Jeremy Corbyn, um terço dos deputados trabalhistas (71 de 256) pressionaram o seu líder para que apoiasse um segundo referendo sobre o Brexit, opção que Corbyn veio a aceitar mais tarde, e que é defendida pelo Partido Nacionalista Escocês, pelos liberais-democratas e pelos Verdes. Por seu lado, May deixou claro [em setembro](#) e até agora, que voltar a fazer uma consulta seria “uma traição grave à democracia” e à confiança dos cidadãos.

Que a soberania importa mais aos pró-Brexit do que o custo económico de sair da UE, sugere-o a sua relativa despreocupação – durante a campanha e agora – perante os maus prognósticos que vão apresentando organismos como o Fundo Monetário Internacional ou o Banco de Inglaterra, ou ainda importantes agências de classificação de crédito (agências de rating).

Num [artigo](#) publicado no “The Wall Street Journal” (13.1.2019), Jason Douglas explica que algumas regiões que apoiaram o Brexit com mais entusiasmo podem ser as mais negativamente afetadas pela saída da UE. E recolhe testemunhos ouvidos por uma consultora, onde se verifica que muitos pró-Brexit que vivem nessas regiões, consideram ser um preço que vale a pena pagar. “Para mim, tudo isto teve a ver [desde o princípio] com a soberania. O que ganharemos a longo prazo com a saída compensa uma crise económica”, diz um professor de biologia. “O Reino Unido necessita de integrar [no mercado de trabalho] em primeiro lugar os seus cidadãos”, comenta uma professora de matemática.

Mas nenhum dos dois trabalha em setores dependentes das exportações, que são os que mais sentirão os efeitos da saída. Douglas cita um estudo da Universidade do Sussex com estimativas nada tranquilizadoras: se o Reino Unido optar por uma saída serena e acordada com Bruxelas, a região industrial do West Midlands – onde o Brexit ganhou por quase 60 % dos votos – poderia perder 30 000 postos de trabalho (1,2 % dos trabalhadores). Se a saída for sem acordo, o número poderia elevar-se para o dobro.

Perante estes dados, as atitudes dos pró-Brexit variam desde o ceticismo até à estoica aceitação. Mas a opção de outro referendo não convence. Tão-pouco a todos os defensores de permanecer na UE. Como diz um habitante dessa região, os britânicos tomaram uma decisão e devem acarretar com as consequências: “Quem a assume, paga-a”. Isto também é soberania.

J. M.

Maternidade de substituição no Canadá: não tão altruísta

Ter um filho através de uma mãe de substituição tornou-se mais difícil em [países da Ásia](#) e na Rússia, locais onde o procedimento, ou já afasta clientes estrangeiros, ou fixa-lhes condições estritas para poderem “encomendar” bebés. Por isso, muitos estão agora a olhar para o Canadá.

Nesse país, a prática é legal desde 2004, e mais barata do que nos Estados Unidos, onde o custo se situa entre 90 000 e 120 000 dólares. No Canadá, tudo sai pelo equivalente a 70 000 dólares dos EUA. A soma inclui uma compensação à mãe substituída pelos gastos em que incorra.

Uma vantagem do Canadá é que concede automaticamente a nacionalidade aos bebés ali nascidos. Isto atrai muitos estrangeiros que teriam problemas para inscrever a criança, uma vez de regresso, no registo civil, porque os seus países não reconhecem a maternidade de substituição.

Além disso, o atendimento médico à mãe de substituição durante a gestação e no parto é coberto pela saúde pública, o que significa de 3000 a 6000 dólares canadianos (2100-4200 dólares norte-americanos), segundo cálculos do “[Toronto Sun](#)” (16.11.2018). Só na Colúmbia Britânica nasceram uns cem bebés por maternidade de substituição entre 2016 e 2017, dos quais 45 foram para pais estrangeiros. Isso implica que os contribuintes da província pagaram uns 270 000 dólares por bebés que, pouco depois de nascerem, saíram do país. Por outro lado, o departamento de saúde canadiano não cobre o atendimento aos recém-nascidos se os pais (os que encomendaram a gestação, no caso de maternidade de substituição) forem estrangeiros.

Como é na prática a maternidade de substituição no Canadá é descrito amplamente numa [reportagem da BBC](#) (7.12.2018), que visitou um desses centros em que as mães se reúnem para fazer meditação, conversar e encorajarem-se mutuamente com a ideia do “empoderamento feminino” que é suposto constituir este tipo de gestação. “Eu faço famílias. Qual é o teu superpoder?”, afirma-se no texto impresso nas camisas das mulheres, que estudaram previamente uma lista de possíveis candidatas a pais intencionais. Uns serão escolhidos e outros serão excluídos.

Entre as mães de substituição há, além disso, as que se especializam em determinado tipo de utente. Christine English, por exemplo, engravida exclusivamente para dar descendência a casais homossexuais. “Toda a gente deveria ter direito a ter filhos e os *gays* não o têm”, diz.

Segundo dados citados pela cadeia britânica, nos últimos dez anos, os casos de maternidade de substituição aumentaram

400 % no Canadá, e haveria hoje umas 900 mulheres que gerariam filhos que não irão criar.

A condição é que aceitem fazê-lo de modo altruísta. Contratar por dinheiro uma mãe de substituição é penalizado com multa de meio milhão de dólares e até dez anos de prisão. A única coisa que as grávidas podem receber são reembolsos das despesas em que incorrerem, que geralmente terão de justificar apresentando os recibos.

Mas outros cobram pelos seus serviços, principalmente os advogados que se ocupam dos trâmites legais (20 000 dólares canadenses) e as clínicas de reprodução assistida (25 000 dólares). Daí que Sarah Cohen, da Fertility Law Canada, defensora da remuneração das grávidas, [argumente](#): “O médico, os advogados, os enfermeiros... todos recebem um pagamento pelo seu trabalho, exceto a mãe de substituição”. A sua proposta: que a grávida tenha uma remuneração de pelo menos 30 000 dólares.

Essa quantia está de acordo com a que, [segundo a agência norte-americana Sensible Surrogacy](#), em média, se deve entregar a uma mãe de substituição no Canadá em compensação pelas suas despesas. A agência adverte os que considerem procurar uma aí, pois “a lei canadense não define os gastos reembolsáveis nem lhes fixa um limite”. E “se a mulher é uma mãe de substituição exigente e experimentada, pode pedir extras e gastos de viagem muito elevados”.

Já há algumas iniciativas nesse sentido a correr pelos grupos parlamentares, e o primeiro-ministro Justin Trudeau assegurou que está na hora dos canadenses “terem uma conversa” sobre isto.

O governo já adiantou algumas modificações à lei de 2004. A proposta é consignar expressamente que se possam efetuar pagamentos às grávidas para gastos de viagem, parking, serviços de aconselhamento e jurídicos, medicamentos, roupa de maternidade, custos relacionados com o parto, etc.

Mas um legislador liberal vai mais além. Anthony Housefather apresentou na primavera passada uma [proposta de emenda](#) – ainda pendente – à Lei de Reprodução Assistida de 2004, na qual se eliminaria qualquer menção à proibição de pagamentos, tanto à mãe biológica, como aos doadores de óvulos ou esperma.

Atualmente, [a secção 6 dessa lei](#) refere que “ninguém pagará qualquer remuneração a uma mulher para que seja mãe de substituição”. Na sua nova formulação, tudo o que ficaria estipulado é que ninguém pode “induzir” nem “aconselhar” uma mulher a tomar essa decisão. Quanto a dinheiro, nada a favor nem contra.

“A maior beneficiária da venda legal de esperma e óvulos será a indústria da fertilidade, que está amplamente desregulada no Canadá”, disse à “Aceprensa”, Gwendolyn Landolt, vice-presidente da REAL Women of Canada. “Algumas dessas clínicas já se estão a anunciar noutros países, para fazer

crescer o negócio. As mulheres, particularmente as pobres, serão fortemente exploradas graças à legalização proposta”.

A autorização do pagamento às mães de substituição iria levá-las a correr maiores riscos, segundo afirmam alguns críticos. A noção de que ao mal-estar dos nove meses se seguirá uma remuneração, dizem, pode acabar por empurrar pessoas com determinados problemas de saúde a dar o passo e a resistir às limitações que lhes desaconselhariam uma gravidez.

“O dinheiro pode incitar as mulheres a adotar um modo de comportamento que eventualmente comprometa a sua saúde”, disse à “Aceprensa” a professora Katy Fulfer, da Universidade de Waterloo, no Ontário. A investigadora afirma que, com efeito, existe uma inquietação social sobre o tema da despenalização: “Mas não acho que a conversa proposta por Trudeau se fique pelo pagar-lhes ou não. As mães de substituição podem experimentar diversas formas de exploração, coerção, coisificação, recebam dinheiro ou não”.

Conforme explica, sobre a maternidade de substituição não houve ainda suficiente investigação empírica e, em geral, as mães de substituição não foram amplamente consultadas quando se avançou para regulamentar o assunto.

Perguntada se concebe a maternidade de substituição como um pacto comercial, Fulfer prefere ver o processo como a antecâmara de uma possível relação mais duradoura entre as partes, mas admite: “As relações são frágeis. Não existe varinha mágica que assegure que o vínculo entre a mãe de substituição e os pais intencionais venha a ser um conto de fadas. Penso que faz parte do que torna tão enganadora a ética da maternidade de substituição”.

“O primeiro-ministro Justin Trudeau está obcecado em converter-se num líder mundial em temas progressistas”, comenta Gwendolyn Landolt, da REAL Women of Canada. “Autodenomina-se feminista, fala incessantemente a favor do feminismo, financia o aborto internacionalmente, especialmente em África, para o que avançou com 650 milhões de dólares. Financiou homossexuais, tanto individualmente como em grupos, no país e fora dele; legalizou a marijuana...”.

A posição do governante sobre o tema da legalização do pagamento pela maternidade de substituição, diz Landolt, “está em linha com o seu total convencimento de que é um líder global que influencia o mundo em matérias ‘progressistas’”, mas “não há no Canadá qualquer clamor a favor de despenalizar os pagamentos, nem de permitir que a maternidade de substituição se converta numa empresa comercial”.

L. L.

“Los desheredados”

“Les déshérités”

Autor: François-Xavier Bellamy
Encuentro. Madrid (2018).
172 págs.

Hoje em dia, a educação é apresentada como solução para todos os problemas sociais e, no entanto, a própria educação é vista como um dos problemas mais graves do presente. Não sabemos muito bem em que consiste educar atualmente e os resultados saltam à vista. Os níveis de instrução dos estudantes baixam e alguns dos principais benefícios sociais que temos vindo a atribuir à educação (paz social, igualdade de oportunidades, compromisso cívico) não têm aparecido em nenhum lugar: crescem a violência, a desigualdade social e a anomia. Este estado de coisas foi objeto de muitas análises, mas não é fácil encontrar uma reflexão que vá ao próprio âmago do problema, identifique as suas causas e ofereça uma alternativa consistente. É o que fez o jovem filósofo francês François Bellamy com este livro, que teve um enorme sucesso no seu país.

Bellamy interroga-se sobre o porquê do fracasso da educação e responde de modo contundente: porque renunciou a transmitir a tradição cultural. As raízes deste erro, que se manifesta em muitas das políticas educativas ainda em vigor, encontram-se em três autores franceses: Descartes (século XVII), Rousseau (século XVIII) e Pierre Bourdieu (século XX).

Descartes lamentava que o ser humano não nascesse já adulto e dono da sua razão porque, durante os anos da sua infância e dependência, vai sendo sobrecarregado com a carga da tradição cultural que dificulta o futuro desenvolvimento da sua razão.

Rousseau, pelo contrário, defende que o desejável seria que o ser humano se mantivesse sempre como criança, porque a cultura recebida corrompe-o, ao afastá-lo da Natureza. Em todo o caso, ambos concordam em referir que a educação baseada na transmissão de uma tradição cultural atenta contra o indivíduo.

Finalmente, Bourdieu, por seu lado, defende que a chave da dominação social é o capital; mas não só o capital material, como também o cultural, que se transmite nas famílias, linhagens e meios sociais. Para o sociólogo marxista, que tanta influência teve nas políticas educativas em finais do século passado, o problema não se pode minimizar com bolsas e programas de igualdade, mas somente acabando com a transmissão da cultura, porque “a verdadeira causa da marginalização das classes populares é a dominação da cultura das elites no interior da escola e nos critérios de seleção”.

Em face desta visão da educação, que considera a transmissão da cultura como fonte da alienação, Bellamy defende justamente o contrário e explica que “o ser humano é, por natureza, um ser de cultura: é através do encontro com o que outro lhe transmite, a forma de levar a cabo a sua humanidade”. Como a carência constitui a própria estrutura da nossa relação com o mundo, necessitamos de receber do outro o que completa as nossas próprias faculdades. Sem os outros, nenhum ser humano pode realizar-se, nem sequer pensar. Daí que os pais, ao transmitirem valores e costumes aos seus filhos, não limitem a sua autonomia, “oferecendo-lhes sim a condição essencial para que nasça e cresça a sua liberdade”.

O livro está muito bem escrito; é claro, rigoroso e persuasivo. Não aspira somente a oferecer mais uma reflexão sobre a crise da educação, mas uma alternativa inspiradora para pais, professores e responsáveis pelas políticas educativas. Parece-me um dos livros sobre educação mais valiosos que se escreveram ao longo deste século XXI.

V. B. C.

